Os dilemas da economia brasileira na evolução do pensamento de Maria da Conceição Tavares ¹

Fábio Pádua dos Santos ²

Resumo

O presente ensaio procura demonstrar como a reflexão de Maria da Conceição Tavares sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil foi se formando no período que compreende sua experiência na Cepal até a sua tese de livre-docência (1960-1974) a partir da dialógica entre: a visão histórica da formação econômica do Brasil que ela possuía; os rumos possíveis da economia brasileira no contexto sócio-político no qual a autora estava inserida (a crise econômica de 1963, seus desdobramentos e o Golpe Militar); e o horizonte de expectativa da autora (o fim do regime ditatorial e o restabelecimento pleno da democracia). Para tanto, o texto está dividido em três seções além da introdução. Na seção 1, gênese de um espírito reflexivo, busca-se apresentar as memórias da autora a respeito de sua vida no Brasil no terceiro quartel do século XX, destacando como o espaço de experiência da autora estimulou e condicionou a formação de seu espírito reflexivo apaixonado e atento às questões econômicas do Brasil. Na seção 2, “a produção intelectual de Maria da Conceição Tavares”: expõe-se uma breve resenha dos trabalhos selecionados, atento ao modo como a autora forma uma visão da evolução da economia brasileira a partir do enfoque histórico-estrutural. Por fim, nas considerações finais, alguns apontamentos a respeito das continuidades e descontinuidades na reflexão da autora são indicados.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico, Maria da Conceição Tavares, Historiografia.

Abstract

The aim of this essay is to show how Maria da Conceição Tavares's thought about the capitalist development in Brazil was formed during the interval of her experience in the Cepal and her free-teaching dissertation (1960-1974) from the dialogic between: her historical vision about economic formation of Brazil; the possible routes of Brazilian economy in the social and political context in which the author was inserted (the economic crisis of 1963 and its

(1) Versão modificada do artigo apresentado no V Encontro de Pós-Graduação em História Econômica realizado em Brasília nos dias 23 e 24 de setembro de 2010, sob o título de *Memória crítica das primeiras reflexões de Maria da Conceição Tavares: um ensaio historiográfico*. O autor agradece a Maira Machado Bichir, a Leonardo Dias Nunes, ao professor Eduardo Barros Mariutti e aos pareceristas pelos comentários e sugestões. Observa-se que as opiniões apresentadas neste ensaio expressam exclusivamente as opiniões do autor.

(2) Mestrando em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: História Econômica.
E-mail: fpadua@gmail.com.

unrolling, and the Military Coup); and her horizon of expectations (the end of dictatorial regime and the re-establishment of democracy). Therefore, the text is divided in three sections besides the introduction. In the section 1, “genesis of a reflexive spirit”, attempts to present the life memories of the author in Brazil in the third quarters of twenty century, putting in relief how her space of experience stimulated and conditioned the formation of her deep and passionate spirit about economic issues of Brazil. In the section 2, “intellectual production of Maria da Conceição Tavares”, lays out a sort review of the selected works, paying attention to the way how the author forms her vision on evolution of Brazilian economy from the historical-structuralism approach. In the end considerations, some notes are pointed with regarding to continuities and discontinuities of Maria da Conceição Tavares’s thought.

Key-words: Economic development, Maria da Conceição Tavares, Historiography.

Introdução

Compreender atualmente o pensamento de Maria da Conceição Tavares é antes uma *necessidade histórica* que um simples resgate comemorativo, aleatório e oportunista. As mudanças recentes pelas quais o Brasil vem passando, em especial as transformações econômicas e sociais, exigem, de qualquer observador atento, desvendar o segredo que aprisiona a realidade em seu movimento histórico-concreto. É como parte do código deste segredo que o pensamento de Maria da Conceição Tavares pode ser resgatado e estudado como necessidade histórica.

Inúmeras razões poderiam ser elencadas. Sua postura incisiva e crítica no debate econômico remontam ao período da ditadura e atravessa a história política e econômica do Brasil até o Governo Lula. Não bastasse a luta travada no terreno ideológico ao longo de toda sua vida intelectual, recentemente, Maria da Conceição Tavares adquiriu centralidade na vida política brasileira, colaborando nos bastidores do Governo Lula. Conferir à Conceição Tavares a condição de intelectual orgânica deste governo não é nenhum exagero, na medida em que ela formou grande parte dos principais membros que compuseram a equipe econômica do Governo Lula e, principalmente, por ter influenciado diretamente a indicação de nomes em áreas estratégicas do governo.

Nos limites do presente trabalho, propõe-se uma volta às primeiras reflexões de Maria da Conceição Tavares com a intenção de apreender, através do modo de pensamento desta autora, quais eram os desafios postos

ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Dá-se especial destaque às mudanças de percepção da autora com relação à economia brasileira à medida que seu quadro analítico se sofisticava.

Esse retorno requer, em primeiro lugar, considerar a produção intelectual da autora como objeto histórico. Dada a extensão da obra da autora, torna-se inviável reconstruir, nas breves páginas aqui esboçadas, toda a trama histórica na qual Maria da Conceição Tavares esteve inserida. Para a realização do presente esforço, é imprescindível, portanto, a *seleção* de um *período* específico na trajetória intelectual da autora. A escolha de um momento particular no tempo viabiliza a apreensão da relação *autor-obra-meio em sua totalidade*.

Optou-se, assim, no conjunto da obra da autora, por dois trabalhos clássicos: o livro *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira* (1972), uma coletânea com as primeiras reflexões desenvolvidas por Maria da Conceição Tavares como colaboradora da Cepal, e sua tese de livre-docência *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* (1974). A seleção destes trabalhos se justifica na medida em que a tese de livre-docência representou um momento de ruptura na trajetória intelectual da autora. Na ocasião do ano de 1974, algumas das idéias centrais contidas nos quatro ensaios escritos entre 1963 e 1971 foram revisadas e substituídas por argumentos mais substantivos. Espera-se, a partir desses dois livros, reconstruir prospectivamente a interpretação da economia brasileira contida no pensamento de Maria da Conceição Tavares, esboçando em largos traços a dialógica transtemporal envolvida no processo de elaboração reflexiva da autora.

Assim delimitado o escopo do trabalho, o objetivo do presente ensaio é demonstrar, através de um balanço historiográfico (Arruda, 1998, 2007 e s/d; Novais, 2005; Goldmann, 1967), como a reflexão da autora sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil foi se formando e se transformando no período que compreende sua experiência na Cepal até a sua tese de livre-docência (1960-1974), a partir da dialógica entre: a sua visão histórica da formação econômica do Brasil (uma síntese entre as interpretações de Caio

Prado Junior, Ignácio Rangel e Celso Furtado)³; os rumos possíveis da economia brasileira naquele contexto sócio-político (a crise econômica de 1963, seus desdobramentos e o Golpe Militar); e o horizonte de expectativa da autora (o fim do regime ditatorial e o restabelecimento pleno da democracia). Cabe recordar que a visão dos problemas do desenvolvimento capitalista no Brasil aqui apresentada não representa a interpretação atual da autora, mas sim uma visão passada sobre o passado da economia brasileira. Isto não retira a importância e centralidade que assumem as primeiras reflexões de Conceição Tavares à compreensão de sua reflexão mais recente.⁴

Para tanto, o presente ensaio está dividido em três seções, além desta introdução. Na seção 1, busca-se apresentar as memórias da autora a respeito de sua vida no Brasil no terceiro quartel do século XX, destacando como o espaço de experiência da autora (conjunturas históricas) estimulou e condicionou a formação de seu espírito reflexivo apaixonado e atento às questões econômicas do Brasil. Na seção 2, expõe-se uma breve resenha dos trabalhos selecionados atentando ao modo como a autora formou sua visão da evolução da economia brasileira a partir do enfoque histórico-estrutural. Destaca-se ainda como a interpretação da autora foi se redefinindo a partir da

(3) Por questões de fôlego explicativo este ponto não será desenvolvido. Apenas admite-se que a visão de Maria da Conceição Tavares a respeito da formação econômica e social do Brasil consistia basicamente, na década de 1960, numa síntese da leitura realizada por ela dos livros *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) de Caio Prado Junior, *A dualidade básica da economia brasileira* (1957) e *A inflação brasileira* (1963) de Ignácio Rangel, e *Formação econômica do Brasil* (1959) de Celso Furtado. Esta hipótese foi formulada com base nas informações disponíveis em uma entrevista recente da autora concedida ao jornal Valor Econômico (9 nov. 2009). Segundo Maria da Conceição Tavares, “Eles marcaram profundamente minhas idéias”.

(4) Como ela própria afirmou em 1999, “Não dá para ver tantos bons amigos de alma pura serem convencidos de que o pior já passou e que uma nova bolha de capitais especulativos garantiria uma expansão de crédito que nos permitiria retomar o crescimento com tranqüilidade. E ainda ter de aturar (de novo!) a propaganda de que os fiadores da ‘nossa’ credibilidade são outra vez as reformas fiscal e da Previdência que ‘eles’ querem nos impingir! Vou entrar em recesso espiritual. Quero deixar de ler jornais (ao menos por um mês) e *concentrar-me na releitura dos meus velhos textos* do ‘Auge e declínio da substituição de importações ao capitalismo financeiro’, passando pelo ‘Além da estagnação’ que escrevi a quatro mãos com o Serra. Quem sabe assim ganhe ânimo para explicar aos meus novos alunos, que ainda não tinham nascido quando escrevi esses textos, as armadilhas que pesam sobre o nosso futuro: a novíssima substituição de importações sem crescimento do mercado interno. [...] Definitivamente, *preciso escrever um outro ‘Além da estagnação’* com novos companheiros de jornada” (*Folha de São Paulo*, 11 abr. 1999, grifo nosso).

tensão entre as conjunturas políticas e econômicas do Brasil e seu modo de pensamento em reconsideração. Por fim, algumas considerações finais são apontadas.

1 Gênese de um espírito reflexivo

1.1 O despertar para o Brasil

Em fevereiro de 1954 Maria da Conceição Tavares desembarcou no Rio de Janeiro. Era semana de carnaval. Encantou-se com o povo e com a cultura brasileira. Alguns meses após sua chegada, ainda confusa a respeito do modo de vida brasileiro, adaptando-se ao novo país, Conceição Tavares assistiu a nação brasileira chorar o suicídio do presidente Getúlio Vargas.

Do ponto de vista político, o suicídio de Vargas revelou, naquele momento, as fissuras do Estado de Compromisso e o esgotamento do pacto populista no Brasil. A economia brasileira, com o colapso do preço do café, encontrou dificuldades para sustentar o processo de industrialização por substituição de importações. A conjuntura externa tampouco favoreceu o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, à medida que a política externa estadunidense do Governo Eisenhower se revelava pouco solidária à América Latina. (Pinho Neto, 1990).

Com a morte de Vargas, Café Filho assumiu o governo. Diante daquele contexto, o presidente foi levado a compor uma estrutura de governo onde os diferentes interesses fossem contemplados. Eugênio Gudín assumiu o Ministério da Fazenda com a tarefa de estabilizar a economia doméstica. Crítico do desenvolvimentismo e adepto de medidas ortodoxas de estabilização, seu programa para sanear a economia brasileira esteve sustentado na austeridade fiscal do Estado e numa contração monetário-creditícia. Para executá-lo, Gudín contou com o apoio de Clemente Mariani, nomeado presidente do Banco do Brasil, e de *Octávio Gouvêa de Bulhões*, nomeado dirigente da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), de quem Maria da Conceição Tavares veio a se tornar aluna e, posteriormente, colega de trabalho na então Universidade do Brasil.

Gudín contraiu empréstimos no exterior que contabilizavam cerca de US\$ 280 milhões para enfrentar a crise cambial. Procurou também eliminar os obstáculos à entrada de capital estrangeiro através da Instrução 113 para

resolver os desequilíbrios do balanço de pagamentos. Ao mesmo tempo, Gudin atacou a inflação doméstica com uma forte contração monetária e com uma redução nos gastos em investimento. No entanto, os primeiros efeitos do programa de estabilização não agradaram aos industriais e, muito menos, aos cafeicultores, que se sentiram em especial penalizados pelo “confisco cambial”. (Pinho Neto, 1990, p.151-170).

Com isso, ao sétimo mês de sua gestão, em abril de 1955, Eugênio Gudin pediu exoneração do cargo e foi substituído por José Maria Whitaker, que assumiu a pasta com o objetivo de promover uma reforma cambial que unificasse todas as taxas de câmbio. Para apaziguar a elite cafeeira e industrial, paulista a primeira medida tomada pelo novo ministro foi voltar atrás no plano de estabilização elaborado por Gudin e restabelecer o crédito. Como contrapartida, ele suspendeu as compras de café, pois acreditava que as recuperações das exportações dependeriam da capacidade de adaptação dos produtores aos novos preços de mercado do café.

Roberto Campos, então superintendente do BNDE – e que, como Bulhões, veio a se tornar professor de Maria da Conceição Tavares –, foi o encarregado de elaborar o projeto de reforma cambial e executá-lo. Campos possuía, como Gudin, a mesma visão da comunidade financeira internacional: a reforma cambial deveria institucionalizar um mercado livre de câmbio. Mesmo sem apoio dos futuros candidatos à presidência, Café Filho submeteu o projeto ao Congresso. A derrota foi inevitável.

Como bem aponta Demosthenes Madureira de Pinho Neto, a reforma cambial significou muito mais do que a unificação das taxas de câmbio:

Acima de tudo, esta refletia uma *visão crítica do padrão de industrialização da América Latina*, [...] visualizava o processo de substituição de importações como responsável principal pelos desequilíbrios do balanço de pagamentos, pois desestimulava as exportações através das taxas cambiais artificialmente sobrevalorizadas [...]. Dessa forma, *a rejeição da reforma Whitaker-Campos-Bernstein significava a derrota de uma determinada visão do processo de desenvolvimento econômico* e em alguma medida a opção, que tornaria-se mais explícita no Governo Kubitschek, de intensificar e aprofundar o processo de industrialização através da substituição de importações. (Pinho Neto, 1990, p. 162, grifo nosso).

Não se tratava, pois, na ocasião do Governo Café Filho, de um período de políticas econômicas estabilizadoras que apaziguassem os interesses divergentes do Pacto Populista, debilitado pelo suicídio de Vargas. Do ponto de vista econômico, tanto Eugênio Gudin quanto José Maria Whitaker, salvo suas diferenças, tentaram fragilizar as bases econômicas do Pacto Populista. Portanto, quando chegou ao Brasil Maria da Conceição Tavares, era o modelo de desenvolvimento econômico que se encontrava em disputa.

A manutenção do modelo de crescimento econômico empreendido por Vargas foi assegurada com a eleição de Juscelino Kubitschek, porém sobre bases distintas. O comprometimento do setor público com as políticas de desenvolvimento, bem como a sua associação ao capital estrangeiro, foram a tônica do Governo Kubitschek.

Elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento em 1956, o Plano de Metas contemplou as políticas de desenvolvimento se constituindo, segundo Carlos Lessa, como “[...] a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização da história econômica do Brasil” (Lessa, 1981). Pretendia-se com a execução das metas “[...] elevar o quanto antes o padrão de vida do povo, ao máximo compatível com as condições de equilíbrio econômico e estabilidade social”. (Conselho Nacional de Desenvolvimento, 1959, p.14 apud Orensatein; Sochaczewski, 1990).

Portanto, aos idos da segunda metade da década de 1950, havia uma chama de esperança no Brasil. A possibilidade de se transformar numa sociedade moderna era, àquela altura, real. Juscelino Kubitschek conseguiu, através de suas idéias grandiosas, acomodar interesses divergentes num objetivo comum: o crescimento econômico. Foi em meio à execução do Plano de Metas, em 1958, que Maria da Conceição Tavares foi contratada pelo BNDE. Por aproximadamente três anos foi analista matemática desta instituição. Foi no BNDE, trabalhando em meio a economistas, que a autora sentiu necessidade de aprender as ciências econômicas: “[...] eu estava trabalhando aplicadamente em Economia e Estatística, pois havia sido contratada pelo BNDE. Era matemática e sabia estatística. [...] Pensei: ‘Não sei o suficiente de Economia, e estou no meio de economistas’. Então fui estudar”. (Tavares, 1996, p. 128).

1.2 A formação como economista

O trabalho de analista matemática do BNDE levou Maria da Conceição Tavares novamente à universidade. Ingressou no curso de ciências econômicas da então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ali teve a oportunidade de ser aluna de personalidades como Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões. Ainda que estes professores e homens públicos não representassem a vertente política de Maria da Conceição Tavares, nem por isso eles deixaram de promover uma formação sólida assentada na leitura de clássicos, a começar por Marx, passando por Marshall e Walras, até chegar a Keynes e Hicks. “Todos detestavam Keynes, mas mandavam ler”, lembra Maria da Conceição Tavares (1996, p. 130). Ambiciosos por poder, seus mestres lhe ensinaram a importância de aliar pesquisa à políticas públicas. Tanto Roberto Campos como Bulhões estiveram presentes na reunião de Bretton Woods. Eles sabiam como o sistema financeiro internacional condicionaria as políticas econômicas do Estado. Além disso, à época que Maria da Conceição Tavares era aluna, seus mestres já possuíam uma profunda experiência no Estado como, por exemplo, a presidência do BNDE (Campos) e a direção da Superintendência da Moeda e do Crédito (Bulhões). Não parece, pois, que o curso realizado por Maria da Conceição Tavares estivesse assentado na falsa dicotomia entre economia e política. Era como se teoria e prática se fundissem em um único conceito: política econômica.

Em 1960, Maria da Conceição obteve o título de bacharelado em ciências econômicas, tornando-se, longo em seguida, professora assistente do então catedrático Bulhões. Porém, no ano anterior ao seu bacharelado, em 1959, enquanto Roberto Campos lecionava o curso de política monetária, a Cepal publicou a primeira teoria estrutural da inflação e Celso Furtado publicou a primeira edição de *Formação econômica do Brasil*. Tratava-se, pois, de uma maneira de pensar que se contrapunha, em seu fundamento, radicalmente à formação neoclássica que havia recebido nos anos anteriores. O enfoque analítico cepalino parecia, àquela altura, mais condizente com a visão política de Maria da Conceição Tavares. Instigada, a autora se inscreveu, em 1960, no curso da Cepal que foi realizado no Rio de Janeiro.

Nessa ocasião, Maria da Conceição Tavares foi despertada para novas questões, bem como instigada a repensar a sua atitude enquanto pesquisadora, na medida em que o confronto de visões a fez refletir a respeito

de seu método de pesquisa e das técnicas de intervenção que até então carregava consigo. Enquanto na Universidade do Brasil as preocupações concentravam-se em temáticas isoladas como inflação, equilíbrio e estabilização, na Cepal a preocupação era com o desenvolvimento, pensado a partir de uma perspectiva histórico-estrutural.

No ano seguinte, em 1961, Maria da Conceição Tavares deixou seu trabalho como analista matemática do BNDE para tornar-se colaboradora da Cepal. Encontrou nesta instituição o ambiente que lhe propiciou as condições externas favoráveis à sua reflexão. Como a própria Maria da Conceição Tavares se lembra:

A Cepal serviu também para me dar uma preocupação nova sobre o que é a formação histórica, a evolução histórica, o papel dos agentes econômicos em uma sociedade, como é que se desenvolve, portanto, uma perspectiva estrutural histórica. Isso eu não tinha, devo à Cepal. De Portugal trouxe uma perspectiva filosófica e teórica. Eu era matemática e filósofa, não era capaz de pensar as instituições e a História e eles me ensinaram. O que não impediu que também me dessem as bases críticas daquilo que eu aprendi (Tavares, 1996, p. 132).

Discípula de Raúl Prebisch e Aníbal Pinto na Cepal, seu ciclo formativo se fechou com particularidade notável: devido ao fato de ter possuído grandes professores de esquerda como grandes professores de direita, Bulhões e Roberto Campos. Nas palavras da própria autora:

Essa que é a minha formação, por isso sou uma economista crítica. [...] Se você é filha de uma escola dessas, e na maturidade, aos trinta anos, vira cepalina e continua dando aula, com o Bulhões de um lado e o Aníbal Pinto do outro, fatalmente torna-se crítica. Você respeita os dois [...] (Tavares, 1996, p. 130).

Portanto, pode-se sugerir que a formação da economista Maria da Conceição Tavares se deu num momento da história brasileira em que, do ponto de vista econômico, as ideologias em disputa pelo poder econômico do Estado estavam expressas nas diferentes instituições. No transcorrer de um dia, Conceição trabalhava num período em meio aos desenvolvimentistas do BNDE, noutro, era aluna de professores monetaristas, muitos vinculados à Sumoc, e, tangenciando o dia-a-dia da autora, estavam os estruturalistas da Cepal apresentando explicações não convencionais aos dilemas das economias latino-americanas.

Foi desse modo, em meio a esse campo de forças, que Maria da Conceição Tavares se tornou uma cepalina e, conseqüentemente, herdeira do *enfoque histórico-estrutural* que, desde então, tem sido a sua “chave” para a compreensão da realidade.

1.3 A perspectiva analítica

Ser cepalino significava, naquela época, compartilhar, ao menos, de uma perspectiva analítica comum: o enfoque histórico-estrutural. Se cada perspectiva analítica corresponde, em geral, a uma determinada visão de mundo, então, pode-se inferir que cada perspectiva analítica conduz a uma posição política no debate acerca da orientação da política econômica. Apresenta-se agora, de forma breve, em que consiste o enfoque histórico-estrutural, de modo a tornar exequível a apresentação, na próxima seção, do modo como Maria da Conceição Tavares formou sua visão a respeito dos dilemas da economia brasileira a partir deste enfoque.

São poucos os momentos em que a autora é explícita com relação ao método que ela aplica às suas análises. Por exemplo, em *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, a autora não explicitou diretamente o emprego do enfoque histórico-estrutural. Ela apenas deixou indicados os elementos que se constituem neste procedimento reflexivo:

[...] espero ter deixado antever algumas das dificuldades do ponto de vista *teórico* como de *pesquisa empírica* que residem num tipo de *integração analítica* como a que seria desejável para aproximar em forma global os problemas da sociedade brasileira (Tavares, 1972, p. 23-24, grifo nosso).

Em *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, Tavares foi mais explícita acerca do método por ela empregado, ao afirmar que suas reflexões estavam inspiradas no pensamento cepalino:

Continuo francamente apegada à inspiração cepalina de enfrentar os problemas com certa imaginação e rebeldia. O meu “revisonismo” não vai, pois, ao ponto de jogar fora a tradição central do pensamento econômico latino-americano. *Uma revisão teórico-histórica significa reinterpretar os fatos à luz de suas novas tendências e pesquisar a continuidade e as contradições internas de uma escola de pensamento, sem traí-la em suas origens e nas suas formulações de base* (Tavares, 1974, p. 18, grifo nosso).

A questão do método na autora se apresenta claramente num ensaio mais recente chamado *Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes*, no qual Tavares afirma: “nosso debate teórico coletivo está apoiado no *método histórico-estrutural* dos mestres latino-americanos [...]” (Tavares, 2000, p. 132, grifo nosso).

Ricardo Bielschowsky refere-se, em *Cinquenta anos do pensamento da Cepal – uma resenha*, à orientação de pesquisa dos cepalinos ora como método ora como enfoque. No entanto, Bielschowsky prefere, na esteira de Octávio Rodríguez, reportar-se ao conjunto de estratégias de investigação cepalina como método histórico-estruturalista. As razões que levam este autor a atribuir tal denominação resultam do fato do método histórico-estruturalista se constituir enquanto método da associação de dois procedimentos: análise histórica e análise teórica.

Octávio Rodríguez é quem melhor explicou o significado de ambos os termos. Segundo Rodríguez, o adjetivo “estrutural” incute a necessidade de definição, em primeiro plano, das estruturas econômicas de realidades sociais específicas; o adjetivo “histórico”, por sua vez, compele o investigador a pensar como as estruturas econômicas se formaram e como elas se transformam ao longo do tempo. Colocando-se contra as explicações universalistas, o enfoque histórico-estrutural foi o que permitiu a tradição Cepalina apreender a realidade como um conjunto de relações diacrônicas por meio de estudos de trajetórias específicas de desenvolvimento, fundamentados historicamente (Rodríguez, 2006, p. 31).

A fecundidade do método histórico-estruturalista consiste em, de acordo com Ricardo Bielschowsky, na associação de duas técnicas de investigação: procedimento indutivo com abstração teórica. Por meio da indução, os cepalinos identificaram padrões específicos de inserção na economia mundial ao mesmo tempo em que, através de exercício teórico-abstrato (*e.g.* a concepção de centro-periferia), os padrões específicos de inserção intuídos foram considerados determinados *por* e determinantes *de* estruturas socioeconômicas particulares. A problemática do desenvolvimento econômico latino-americano, assim colocado, possibilitou o reconhecimento do modo de ser específico destas economias. Deste modo, o método histórico-estrutural caracteriza-se por uma modalidade de pensamento não-reducionista (Bielschowsky, 2000, p. 20-23).

A simplificação excessiva também não é um atributo do enfoque histórico-estrutural. Pensar o subdesenvolvimento com o horizonte de transformá-lo exigiu que os pensadores cepalinos desenvolvessem um enfoque analítico em que as relações de dominação econômico-sociais não fossem naturalizadas com base em esquemas explicativos reducionistas, como foi o caso da teoria das vantagens comparativas. Não recorrer aos esquemas reducionistas, imprimiu três aspectos básicos ao pensamento cepalino, quais sejam: (i) o reconhecimento da insuficiência do mercado induzir transformações estruturais que levem à superação do subdesenvolvimento; (ii) a incapacidade explicativa ordinária da análise estática e mecanicista do sistema econômico quando isolado do seu contexto social e político; e (iii) a crítica à visão determinista do sistema econômico, isto é, como se fosse possível, por meio da eficiência alocativa dos mecanismos de mercado, assegurar homogeneidade econômico-social das economias latino-americanas (Rodríguez, 2006, p. 26-36).

Uma vez que a perspectiva da transformação da realidade econômica e social latino-americana foi colocada como um fim imanente pelos cepalinos, postulou-se o intervencionismo estatal como condição necessária à superação do subdesenvolvimento. De acordo com Octavio Rodríguez, a insuficiência do mercado como indutor de transformações estruturais exigia que o Estado se transformasse em ator principal, articulando e racionalizando o processo de desenvolvimento econômico por meio de políticas de desenvolvimento. Ademais, uma vez reconhecida a hipótese segundo a qual o sistema econômico se articulava com as diferentes esferas da existência social, o Estado adquiriu um papel central na promoção do desenvolvimento econômico, na medida em que o processo de superação do subdesenvolvimento requereria uma base de sustentação política que organizasse e conciliasse relações sociopolíticas e geopolíticas. Assim sendo, “[...] *admitir un ‘no determinismo’ legítima la búsqueda de alternativas para los procesos globales de desarrollo, que contemplan la compatibilidad de los elementos mencionados, y con ella, la continuidad de tales procesos, en los marcos de la(s) alternativa(s) elegida(s)*” (Rodríguez, 2006, p. 31-32).

Entende-se, em consonância com o argumento acima, o enfoque histórico-estrutural como um modo peculiar de problematizar o desenvolvimento econômico. Este enfoque admitiu, do ponto de vista teórico, a existência de diferentes opções ou vias de desenvolvimento, bem como introduziu, no horizonte de expectativa das sociedades latino-americanas, a

possibilidade de construção do seu dever histórico, no qual o Estado cumpre papel central enquanto sujeito transformador.

Parece ter sido esta a “inspiração cepalina” que contagiou e instigou Maria da Conceição Tavares.

2 A produção intelectual de Maria da Conceição Tavares: as primeiras reflexões

As primeiras reflexões de Maria da Conceição Tavares estiveram voltadas à questão do desenvolvimento econômico e ao modo como este poderia contribuir para o progresso da sociedade brasileira, isto é, à consolidação plena da democracia. Deste modo, os obstáculos à consolidação do modo especificamente capitalista de produção⁵ no Brasil se colocaram como temas centrais de investigação à autora. Para tanto, era indispensável, na opinião da autora, adotar o processo de acumulação como objeto fundamental de investigação. Em suas próprias palavras: “o processo de

(5) Segundo José Carlos Garavaglia, “*El concepto de modo de producción designa un modelo explicativo, es decir un conjunto vinculado de hipótesis en las cuales se han tomado los elementos comunes a una serie de sociedad que se consideran de tipo similar*” (Garavaglia, 1973, p. 7). Todavia, Ciro F. S. Cardoso reconhece em Marx ao menos três sentidos distintos no emprego deste conceito: “1) *un sentido descriptivo y etimológico, sin una dimensión propiamente teórica (modo de producción = manera de producir)*; 2) *identificación de una serie de modos de producción que llegaron a ser dominantes en determinados períodos y regiones, e que definen ‘épocas progresivas’ de la evolución histórica (por ejemplo, el feudalismo y el capitalismo)*; 3) *en fin, Marx habla de ciertos modos de producción que podríamos llamar secundarios, ya que jamás llegaron a ser dominantes (‘modo de producción pequeño burgués’, ‘modo de producción pequeño campesino’)*” (Cardoso, 1973, p. 137). Entende-se que Maria da Conceição Tavares toma por modo especificamente capitalista de produção a posição de Sérgio Silva e João Manuel Cardoso de Mello no debate sobre os modos de produção na América Latina. Para Sérgio Silva “As relações pré-capitalistas não existem, então, senão, enquanto relações articuladas e subordinadas às relações dominantes. O que nos interessa não são essas relações em geral, mas seu **modo de articulação na transição capitalista**, isto é, as **formas específicas de dominação das relações de produção capitalista**. Em última análise, **são essas formas que explicam as contradições próprias à transição capitalista e portanto o processo de criação das condições à industrialização**” (Silva, 1976, p. 24, grifo nosso). A isto Cardoso de Mello complementa: “**A industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente como o processo da passagem ao modo especificamente capitalista de produção, ao que é impropriamente chamado de capitalismo industrial.** [...] Deste ponto de vista, pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas em termos de **processo de criação das bases materiais do capitalismo**. Quer dizer, em termos da **constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital**, vale dizer, de **libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital**” (Mello, 1982, p. 97-98, grifo do autor).

acumulação teria de ser o núcleo central de uma análise teórica deste tipo porque define e determina o movimento de fundo do capitalismo e, em consequência, é o lugar privilegiado das contradições econômicas e sociais” (Tavares, 1972, p. 22).

A relação entre *acumulação de capital, difusão do progresso técnico e distribuição da renda* em economias periféricas foi o tema exaustivamente trabalhado pela autora a partir do enfoque histórico-estrutural. A peculiaridade da reflexão desenvolvida por Conceição Tavares consistiu no fato dela ter pensado o desenvolvimento econômico latino-americano, em especial o caso brasileiro, dinamicamente (dificuldades de organização da produção e de realização do lucro), ressaltando as contradições do processo de acumulação em formações econômico-sociais de passado colonial e os efeitos do desenvolvimento do capitalista em estruturas econômicas heterogêneas (desemprego estrutural, concentração da renda, etc.).

Pode-se observar, nos trabalhos selecionados, que a autora procurou identificar quais eram as questões centrais colocadas à economia brasileira pela sua própria dinâmica de acumulação. Para tanto, a autora parece ter adotado, em geral, a seguinte estratégia de investigação: primeiro, ao partir da experiência sensível (indução), isto é, da observação de casos particulares (experiências históricas de desenvolvimento), a autora procurou *delinear um modelo* (ou estilo) *de desenvolvimento* (quicá crescimento) das economias periféricas e subdesenvolvidas; segundo, descrito o modelo (ou estilo) de desenvolvimento ou os traços de um modelo de desenvolvimento ainda não-delineável, a autora buscou *revelar as contradições* (obstáculos à acumulação de capital) e tendências destes modelos (acumulação financeira); e, terceiro, das contradições e tendências do modelo de desenvolvimento, a autora procurou *enunciar qual era a questão central* colocada pela própria realidade à economia brasileira.

2.1 Da substituição de importações ao capitalismo financeiro

Até este momento o esforço se concentrou em demonstrar como Maria da Conceição Tavares se tornou uma economista, destacando os objetos centrais de sua reflexão. Agora serão apresentados alguns dos principais ensaios da autora, salientando quais eram os dilemas da economia brasileira em sua visão.

Na ocasião em que Maria da Conceição Tavares escreveu o seu clássico ensaio *Auge e declínio do processo de substituição no Brasil*, em 1963, a visão que ela possuía da evolução da economia brasileira pode ser resumida nos seguintes traços: o período entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial se caracterizava por um período de esgotamento do *modelo exportador*, vigente desde 1889, e na medida em que as contradições da dinâmica primário-exportadora se intensificavam, a economia brasileira foi sendo tensionada a se industrializar. Ao final da Segunda Guerra Mundial, já era evidente que o processo de industrialização desencadeado em meados da década de 1930 havia se consolidado como solução histórica ao estrangulamento externo da economia brasileira. Assim, o *processo de substituição de importações* se estabeleceu como o novo modelo de desenvolvimento.

A dinâmica da acumulação do novo modelo de desenvolvimento era determinada, segundo Conceição Tavares, endogenamente pelo investimento. Contudo, neste modelo, o setor externo desempenhava ainda um importante papel, apesar de contraditório. Se, por um lado, assegurava as divisas necessárias às importações, por outro, representava um entrave à industrialização por substituição das importações, que obstaculizava a lógica da reprodução do capital. Para a autora, em 1963, a insuficiência dinâmica entre os dois setores revelava, na verdade, o esgotamento do processo de substituição de importações. Nesse sentido, Tavares compreendia que a economia brasileira se encontrava em uma crise profunda. Segundo ela, não se tratava de uma estagnação, haja vista o ritmo de crescimento dos anos precedentes. O aprofundamento do caráter dual da economia brasileira no começo da década de 1960, bem como as dificuldades de sustentar a substituição de importações colocava para Maria da Conceição Tavares o seguinte problema estratégico no contexto pré-golpe: “[...] como o transitar de um modelo de substituição de importações para um modelo auto-sustentado de crescimento?” (Tavares, 1963, p. 118).

Em 1967, o contexto político e econômico no qual a autora estava inserida era outro. Os militares já haviam assumido o poder e tudo indicava que a Ditadura estava apenas começando. Passado quatro anos, os obstáculos à manutenção da acumulação de capital, do ponto de vista dinâmico, já estavam mais claros para a autora, dado os desdobramentos da crise pela qual passou a economia brasileira em 1963-1964. No ensaio *Notas sobre o*

problema do financiamento numa Economia em desenvolvimento, Maria da Conceição Tavares sugeriu que o problema da economia brasileira não consistia em criar potencial de investimento, mas em mobilizar o excedente líquido dos setores superavitários para os setores deficitários, dinamizando, assim, a acumulação de capital. A autora entendia, portanto, que existia um descompasso entre estrutura produtiva e a estrutura de financiamento. Esta incapacidade de transferência intersetorial de recursos levou o sistema econômico a introduzir a inflação como mecanismo de poupança forçada, apoiando, nesse sentido, a expansão industrial. Entretanto, ao mesmo tempo em que solucionava emergencialmente as condições de produção e realização, a inflação semeava o terreno para uma nova prática: a acumulação financeira. Eis o olhar arguto de Maria da Conceição Tavares em meio àquelas transformações, “tudo indica que o reinado do capitalismo financeiro está a caminho para permitir ao sistema um maior grau de flexibilidade na utilização intra e intersetorial de seus recursos; até lá, a inflação, agora devidamente sob controle, é ainda o grande mecanismo de defesa contra a estagnação” (Tavares, 1967, p. 152).

Três anos depois, em 1970, Maria da Conceição Tavares, em parceria com José Serra, escreveu outro ensaio notável acerca do período de substituição de importações. Eles argumentaram, naquela época, que a economia brasileira, em meados da década de 1960, havia vivenciado não um período de *estagnação*, mas uma *crise*. Dada a conjuntura política da primeira metade daquela década, Tavares e Serra entendiam que não foi possível ao Estado brasileiro mobilizar e viabilizar um pacote de investimentos que reproduzisse uma espécie de “inovação schumpeteriana” e assegurasse um novo ciclo de crescimento. Estava muito claro para eles que “o esgotamento do dinamismo da industrialização baseada na substituição de importações” (Tavares, 1970, p.168) se dava pela carência de investimentos, que encontrava limites, pelo lado da produção, nas condições de financiamento (esquema inflacionário) e, pelo lado da realização, na estrutura de demanda (concentração extrema da renda, bem como pela evolução das relações excedente-salário e gasto-carga fiscal). (ver especialmente Tavares, 1970, p. 167-173).

Naquela ocasião, eles tentaram estabelecer também algumas hipóteses preliminares de um possível “novo” modelo de desenvolvimento que eles entendiam estar se delineando desde 1963. “No caso do Brasil”,

afirmaram eles, “pode-se dizer que a crise econômica de meados da década passada expressa também [...] uma transição, não uma nova economia mas a um novo estilo de desenvolvimento capitalista [...]”. (Tavares, 1970, p. 175). O governo militar, ao ter assegurado a industrialização substitutiva de importações sem ter realizado as reformas de base, como a reforma agrária por exemplo, colocou em xeque o potencial de modernização da economia brasileira, pois, na medida em que esta economia se modernizava, esta se via frustrada em sua realização, em virtude da reconcentração da renda provocada, por sua vez, pelo modo como foi incorporado e difundido o progresso técnico. Para Tavares e Serra isto levou, portanto, ao aceleração e à expansão do sistema financeiro como solução alternativa aos desequilíbrios macroeconômicos, resultantes do modo de crescer da economia brasileira a partir de 1968. A visão que eles possuíam da economia brasileira fica bem resumida na seguinte passagem:

O capitalismo brasileiro, após uma importante ruptura em seu esquema político, parece haver conseguido tirar maior proveito de seu poder de controle sobre as variáveis-chaves da acumulação e modernização, conseguindo, além disso, alcançar um modesto lugar, embora relativamente privilegiado, no novo esquema de divisão do mercado regional e internacional que se vem processando através das corporações transnacionais. Não obstante, permanece com significativos problemas de realização que o levaram, desde 1968, a desenvolver aceleradamente o sistema financeiro (Tavares, 1970, p. 206).

Em 1971, convencida da importância do sistema financeiro e do papel do mercado de capitais para o desenvolvimento da economia brasileira, a autora dedicou-se a refletir sobre a *Natureza e contradição do desenvolvimento financeiro recente*, título do seu quarto ensaio. Em meio ao “milagre econômico brasileiro”, as tendências indicavam uma alteração no padrão de acumulação de capital a partir da centralização do capital financeiro. O financiamento da economia através de esquemas inflacionários foi, pouco a pouco, sendo substituído por uma inflação controlada, e o endividamento externo entrou em uma nova fase com a liberalização progressiva do movimento de capitais. A forma de captação de recurso para o Estado também foi substancialmente alterada com a introdução da correção monetária, possibilitando, assim, a expansão da emissão de títulos da dívida pública. Dentro dos marcos institucionais estabelecidos pelos militares, a

modernização do sistema financeiro manifestou seu caráter contraditório na instabilidade estrutural gerada pelo processo de expansão financeira, o qual foi introduzido pela divergência de ritmos de acumulação dos ativos reais e financeiros. Para a autora, o problema central estava na recorrente tendência à redistribuição do excedente em favor da esfera financeira que, no longo prazo, poderia provocar uma ruptura crítica ou o não fechamento do circuito da acumulação de capital na esfera produtiva. Naquela oportunidade, Maria da Conceição Tavares entendia que, por meio de uma política adequada do Estado, a centralização de capitais poderia ser benéfica ao desenvolvimento econômico do Brasil, na medida em que possibilitaria uma articulação mais fluída entre os agentes econômicos numa estrutura oligopólica de acumulação. No entanto, no contexto de crescimento econômico acelerado por qual passava a economia brasileira, embora não fosse possível definir com precisão qual era o modelo de desenvolvimento econômico, havia certo pessimismo no olhar de Maria da Conceição Tavares acerca do papel que o sistema financeiro poderia cumprir na economia brasileira. Nas palavras da própria autora:

A questão fundamental está em saber que tipo de rearticulação, em bases permanentes, se pode fazer entre a grande e a pequena empresa produtiva nacional e estrangeira e os grandes grupos financeiros nacionais e estrangeiros. Além do mais, que grau de controle e organização necessitaria o aparelho de Estado brasileiro para poder manter e orientar o atual modelo concentrador. A introdução de uma etapa do *capitalismo financeiro*, tal como a que se intentou caracterizar ao longo dos capítulos anteriores, ajudou a tornar fluidos e compatíveis os interesses em jogo, *mas não parece ser capaz de resolver qualquer das grandes ordens de problemas mencionados*. Parece, sim, favorecer uma maior “abertura” no sentido da internacionalização de certos setores até há pouco predominantemente nacionais, ou voltados para o mercado interno. Nas atuais condições de desenvolvimento dependente, e mantido o caráter concentrador do modelo, é difícil ao Estado brasileiro afirmar uma hegemonia que resolva em termos “nacionais” os grandes interesses em jogo. A solidariedade entre os interesses do capital nacional e a internacionalização da economia pareceriam exigir no Brasil um modelo *sui generis* de capitalismo de Estado e aliança estreita com os vários grupos internacionais (Tavares, 1971, p. 262-263).

Em resumo, pode-se dizer que, ao longo da década de 1960 e nos dois primeiros anos da década de 1970, Maria da Conceição Tavares foi

formando uma visão da economia brasileira em que a transição de um modelo de desenvolvimento a outro se colocou como questão-chave pela própria dinâmica econômico-social daquele período. Entretanto, embora ela percebesse as contradições dos movimentos e destacasse a importância do papel do Estado para atenuar tais contradições, por meio da introdução de um modelo de crescimento auto-sustentável, as soluções históricas observadas no plano concreto convergiram no sentido de reproduzir um modelo de desenvolvimento econômico que reiterou os problemas estruturais da economia brasileira, como o desemprego estrutural e a concentração excessiva da renda.

Ao mesmo tempo em que Maria da Conceição Tavares, nos seus primeiros trabalhos, inspirou-se na tradição cepalina para conformar sua visão a respeito do desenvolvimento capitalista no Brasil, as dificuldades encontradas por ela para a construção de uma interpretação de conjunto levou-a a empreender um trabalho de revisão de suas próprias reflexões e, por conseguinte, do próprio pensamento cepalino.

Entre as dificuldades para interpretar as mudanças no padrão de acumulação, cabe assinalar dois entraves do enfoque histórico-estrutural. Nas palavras da autora:

A primeira linha de análise se orientaria para uma tentativa de reexame do movimento de expansão cíclica do chamado capitalismo periférico, em suas distintas *formas de articulação dependente* com os centros mundiais, particularmente na última etapa de expansão do capitalismo internacional, depois do “descongelamento” da guerra fria. Conviria pôr ênfase, para a interpretação da etapa mais recente, no fato de que o comportamento dos grandes grupos internacionais, em fase de expansão acelerada à escala mundial, desde o pós-guerra, começou a mudar acentuadamente desde começos da década dos sessenta, em sua tentativa de articulação supranacional entre as grandes corporações industriais e os grandes grupos financeiros de distintas procedências. O surgimento desta tendência supranacional, que parece reviver as teses do superimperialismo, teria sua razão de ser numa tentativa de superação dos problemas criados pelo aumento da competição entre as grandes potências capitalistas, verificado a partir da maturidade dos investimentos americanos (Tavares, 1972, p. 20).

Por outro lado, e aí chegamos à nossa segunda linha de investigação, estão ainda por fazer os estudos sobre as experiências recentes, que tentem aprofundar e integrar os distintos planos de análise do

movimento de acumulação de capital em seu marco de referência “nacional”, isto é, em seus *nexos infra-estruturais*, com problemas de ruptura, superação e configuração de novas estruturas internas de dominação (Tavares, 1972, p. 22).

Tendo em vista o fato de Maria da Conceição Tavares ter privilegiado como eixo de sua análise o processo de acumulação de capital em condições específicas de produção e realização, a partir da perspectiva dos obstáculos estruturais à acumulação; bem como o fato dela ainda estar, neste primeiro momento, restringida pela própria linguagem formal da ciência econômica, é oportuno destacar (i) a consciência da autora em relação à dificuldade de tratar formalmente o modo como se articulam os distintos “capitalismos”, isto é, a dificuldade de pensar as distintas formas de articulação dependente entre economias periféricas e centrais. Convém assinalar, ademais, o reconhecimento do caráter provisório das análises elaboradas pela autora ao longo da década de 1960 na medida em que (ii) ela reconhece a necessidade de empreender um esforço de integração dos diferentes planos de análises, sobretudo do ponto de vista dos nexos supra-estruturais, ou seja, questões políticas e sociais.

Consciente de tais dificuldades e animada a superá-las, Maria da Conceição Tavares realizou um esforço de revisão crítica de suas próprias idéias em *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*.

2.2 Acumulação de capital e industrialização no Brasil

O espírito crítico e revisionista da autora é explícito:

Meu primeiro trabalho sobre industrialização – “Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil” – foi publicado há dez anos, e parte desta tese é uma revisão crítica de certos aspectos fundamentais da concepção teórica cepalina tradicional, na qual me formei como economista profissional. Como toda revisão crítica, mantém alguns enfoques comuns à visão inicial (por exemplo, a visão de Centro e Periferia) e tenta em simultâneo afastar-se radicalmente dela (por exemplo, na visão interna dos problemas da acumulação). O sucesso de uma tentativa como esta é sempre provisório e parcial, mormente quando se pretende integrar, como é meu objetivo, certos aspectos teóricos do que se convencionou chamar Teoria da Empresa e certos problemas de Dinâmica Econômica com uma visão histórica de Industrialização. (Tavares, 1974, p. 14-15).

Esta passagem sugere os pontos de acordo e os pontos de desacordo com a visão cepalina. Maria da Conceição Tavares também indica ao leitor os aspectos teóricos incorporados à sua análise, como a Teoria da Firma, a partir dos problemas de dinâmica econômica. Assim, em *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, o esforço da autora se concentrou numa revisão teórico-histórica, isto é, “reinterpretar os fatos à luz de suas novas tendências”. (Tavares, 1974, p. 18). Esta revisão levou Maria da Conceição Tavares, em 1974, a abandonar a denominação “substituição de importações” como recurso heurístico de interpretação da economia brasileira no pós-guerra. Em suas próprias palavras,

Esses e outros problemas [crescimento da capacidade produtiva muito à frente da demanda preexistente, o caráter concentrado no tempo de blocos de investimento, a estrutura de financiamento e os riscos de investimento envolvidos], que adiante abordaremos na análise mais cuidadosa do ciclo de expansão que se inicia por volta de 1956/57, parecem-me hoje mais relevantes como mecanismo indutor dinâmico do processo de industrialização, do que a situação de estrangulamento externo. Daí termos abandonado a designação de “substituição de importações”, por considerá-la completamente inadequada do ponto de vista analítico, ainda que **formalmente** ela possa ser adotada na medida em que o coeficiente importado da oferta final de bens industriais esteve caindo, mesmo para as indústrias de bens de consumo duráveis, que esgotaram a reserva de mercado preexistente em seu primeiro e curto período de expansão (Tavares, 1974, p. 145).

Sumariamente pretende-se destacar, ao longo desta seção, como foi reinterpretada a visão da evolução da economia brasileira no período após Segunda Guerra Mundial até a Crise econômica de 1963, à luz do conceito de *industrialização restringida*.

Ao longo de 1974, os reais determinantes do processo de industrialização no Brasil foram se clarificando para Maria da Conceição Tavares. De acordo com a autora, a análise por ela realizada em 1963, “[...] só se sustenta teoricamente em termos formais, como correspondente a um período do processo de substituição de importações, se for tomada exclusivamente do ponto de vista da dinâmica contraditória dos estrangulamentos sucessivos do setor externo”. (Tavares, 1974, p. 129). Esta reflexão crítica da autora sobre seus escritos e, sobretudo, acerca do conceito de industrialização por substituição de importações, conduziu-lhe à crítica de seu ponto de partida na década de 1960. Uma década após o seu primeiro

trabalho, ela reconheceu que a designação “substituição de importações” era uma *decorrência lógica* da proposição inicial do pensamento cepalino, isto é, da dinâmica externa-interna.

Com o intuito de superar esta dificuldade, juntamente com João Manuel Cardoso de Mello e outros companheiros da Escola de Campinas, Maria da Conceição Tavares empreendeu um esforço de revisão crítica ao pensamento cepalino. O objetivo foi escapar do formalismo da teoria econômica e repensar os modelos de desenvolvimento à luz dos desdobramentos histórico-concretos, de modo que fosse formulado algum tipo de denominação que apreendesse as contradições da economia brasileira em sua complexidade, nos diferentes momentos de sua evolução.

Em 1963, a idéia de estrangulamento externo conduziu Maria da Conceição Tavares a refletir sobre o processo de industrialização como produto do rompimento dos fluxos de comércio externo. A implicação deste ponto de partida foi, naquele momento, imaginar que a formação da indústria se colocava como oposta às importações e, portanto, substitutiva de importações. Noutras palavras, o suposto teórico do qual os cepalinos iniciavam suas investigações limitava, desde o início, a capacidade de apreensão das contradições fundamentais de uma economia periférica e dependente como a brasileira.

A reflexão desenvolvida em parceria com João Manuel Cardoso de Mello demonstrou que, do ponto de vista endógeno, a industrialização não fora substitutiva de importações, senão que esta se encontrava restringida “[...] porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial” (Mello, 1982, p. 110). Deste modo, a designação que melhor descrevia o período era a o conceito industrialização restringida. Este permitiu, portanto, redefinir de modo mais realístico a proposição cepalina “externo-interno”.

A industrialização deveria ser pensada, segundo os autores, como restringida porque a própria expansão da indústria passou a ser, no período que transcorre de 1933 a 1955, o determinante principal da acumulação de capital no Brasil. Porém, esta expansão era insuficiente e incapaz de revolucionar por si mesma as forças produtivas e realizar o salto para a

Grande Indústria. Nas palavras da autora, “assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a ‘autodeterminação’ do processo de desenvolvimento” (Tavares, 1974, p. 131).

Os limites à acumulação de capital encontravam-se determinados endogenamente no quadro analítico que se delineou entre 1973-1975. É a partir de dentro, e não da subordinação ao externo, portanto, que se desenvolve a economia brasileira. Nas palavras da autora:

Nossa hipótese central de análise continua sendo a de que os fluxos de comércio e de capital estrangeiro não determinam exogenamente a dinâmica da acumulação, apenas se articulam com ela e **modificam-na a partir de dentro**, acentuando as mudanças internas em curso na estrutura produtiva e no padrão histórico de acumulação. (Tavares, 1974, p. 132, grifo da autora).

A falta de capital-dinheiro, nacional ou estrangeiro, para inversão e as restrições à capacidade de importar não pareciam ser fatos suficientemente fortes para restringir a industrialização, na opinião de Conceição Tavares. Pelo contrário, de acordo com a autora, apenas revelam que interpretações com base no modelo de substituição de importações ou análises dependentistas não “[...] são suficientes para esclarecer satisfatoriamente a especificidade histórica e teórica do subdesenvolvimento”. (Tavares, 1974, p. 140). Isto indica que Maria da Conceição Tavares já tinha muito claro, em meados da década de 1970, que o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista em formações econômico-sociais heterogêneas não implicava necessariamente em superação do subdesenvolvimento. Diante deste fato, mais uma vez a autora atribuiria ao Estado, seguindo a tradição cepalina, o papel de agente transformador e “civilizador” do capitalismo brasileiro.

Do ponto de vista dos problemas estratégicos colocados à economia brasileira em 1974, a reinterpretação do processo de industrialização por substituição de importações, à luz do conceito de industrialização restringida, realçou o ciclo de expansão provocado pelo Plano de Metas, sugerindo que 1959 foi o ano chave à compreensão do esgotamento do modelo de desenvolvimento, delineado a partir do Pós-Segunda Guerra. Citando longamente a autora:

Evidentemente, o “declínio do processo de substituição de importações” se deu muito antes do momento por nós assinalados no já mencionado trabalho sobre a industrialização brasileira. Suas possibilidades alcançavam os **limites** do tipo de expansão iniciada no segundo governo Vargas de uma forma contraditória. Assim, 1959 é um ano paradoxal porque marca vários acontecimentos importantes para o desenvolvimento posterior da economia e da sociedade brasileira. É o ano da crise decisiva do café e da queda dos esquemas de financiamento que permitiam transferências de excedentes do capital cafeeiro para o capital industrial. É o ano da ruptura com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial, que agravou os problemas de financiamento externo do setor público sem afetar o financiamento privado estrangeiro. É o ano da construção de Brasília e da Operação Nordeste, que marcam a primeira tentativa séria de interiorização deliberada do processo de expansão polarizada. É o ano da primeira baixa importante do poder de compra dos salários e de aceleração inflacionária do pós-guerra. Por tudo isso, 1959 é o primeiro ano em que os sintomas de ruptura da base econômica do “Estado de compromisso” se manifestam como prelúdio de sua ruptura definitiva em 1964. É também o período em que as possibilidades reais, ainda que não as esperanças, da burguesia nacional brasileira de manter-se associada em pé de igualdade com o capital estrangeiro, pela mediação do Estado, configuram-se como inviáveis. (Tavares, 1974, p.146-47, grifo da autora).

Aos idos de 1974, o esgotamento do longo ciclo substitutivo de importações em 1963 já não era mais visto como uma crise econômica recorrente, na qual uma rearticulação do sistema financeiro se colocava como condição necessária à re-dinamização da economia, a crise era muito mais profunda. Mais que uma crise econômica, tratava-se de uma crise política. A reinterpretação do “declínio” realizada por Maria da Conceição Tavares sugeriu que os eventos transcorridos entre 1959 e 1963 representavam um processo de “destruição criadora”:

O fato de se configurar desta forma uma estrutura oligopólica assimétrica em termos de poder não impede que seja solidária quanto aos seus principais traços de expansão: diversificação de consumo à *outrance*, modernização restringida, endividamento crescente. Sua desaceleração leva também implícita a quebra dessa solidariedade provisória, o esmagamento dos “cogumelos” que crescem com os *windfall profits* da expansão inflacionária. Tudo isso se parece, porém, muito mais com uma caricatura de “destruição criadora” de

Schumpeter, do que com sua admirável máquina de crescimento. (Tavares, 1974, p. 148).

Nesta caricatura, o Golpe Militar de 1964 e a internacionalização da economia brasileira, através das reformas financeiras empreendidas pela gestão Bulhões-Campos, apresentaram-se para a autora, em 1974, como soluções históricas através das quais os obstáculos à acumulação de capital foram contornados, alavancando a economia brasileira com taxas de crescimento sem precedentes. Neste contexto de crescimento (1968-1973), do ponto de vista da acumulação, não se colocavam problemas. Naquela ocasião era conveniente chamar a atenção aos fundamentos e à natureza do crescimento econômico e antecipar, por meio de exercícios abstratos, os efeitos em termos de distribuição de renda no caso de medidas de estabilização. A postura de Maria da Conceição Tavares foi, então, de indicar os problemas da economia brasileira e sugerir caminhos alternativos que poderiam ser tomados, ou seja, chamou a atenção à necessidade de aplicação de medidas compensatórias que minimizassem as contradições inerentes a um processo de expansão concentrador.

Entre os problemas colocados pelo “milagre brasileiro”, que eram contemporâneos à autora em 1974, destacavam-se: (i) “o desajuste dinâmico entre a estrutura da oferta e demanda industrial” (Tavares, 1974, seção 3.32); (ii) “as dificuldades de realização do potencial de acumulação crescente, em parte pelo fato da renda ser extremamente concentrada” (Tavares, 1974, seção 3.4); e (iii) “os problemas inflacionários e de balanços de pagamentos decorrentes de um ciclo de expansão” (Tavares, 1974, seção 3.5). Diante destas condições,

O que se pode pedir à política econômica, nos termos de referência de uma dada sociedade, é que não agrave essas tendências e se proponha, inclusive, a corrigi-las, mediante uma série de contrapesos deliberados. Na medida do possível, devia-se tentar evitar uma desaceleração brusca da economia, modificando ao mesmo tempo, em forma compensatória, as estruturas de receita e do gasto público e dos mecanismos de financiamento e alocação de recursos do setor produtivo. (Tavares, 1974, p. 195).

Embora as margens de ação fossem limitadas, em um contexto de crescimento econômico acelerado e de regime de governo ditatorial, Maria da Conceição Tavares entendia que era possível transitar de um modelo de crescimento autoritário e conservador, cujo padrão de acumulação era

instável, para um modelo de crescimento auto-sustentado, no qual o Estado, através do investimento público, cumpriria um papel fundamental de estabilizador dos ciclos econômicos. Assim, as crises periódicas, inerentes às economias capitalistas, cumpriram papel importante nesta transição, pois “[...] estas deveriam ser aproveitadas não para manter o *status quo*, em nome de restabelecer um possível dinamismo de curto prazo, mas sim para aumentar a estabilidade global, mediante um padrão de crescimento mais equilibrado e de longo prazo” (Tavares, 1974, p. 195).

Considerações finais

Até aqui, o esforço se concentrou em apresentar sucintamente quais eram os dilemas da economia brasileira na evolução do pensamento de Maria da Conceição Tavares, nos primeiros escritos da economista. Por fim, nestas considerações finais, tenta-se resgatar sucintamente os principais argumentos da autora, apontando quais as continuidades e rupturas existentes na reflexão de Maria da Conceição Tavares entre seus primeiros ensaios, escritos entre 1963 e 1971, e sua Tese de Livre-Docência, apresentada em 1974.

Resumidamente, e como primeira aproximação da temática, pode-se afirmar que, em termos de *continuidade*, a autora continuou fiel à atitude cepalina diante do conhecimento e do modo como os cepalinos apreendiam a realidade. Apoiada no enfoque histórico-estrutural, a autora se conservou eminentemente crítica da política econômica do Regime Militar. À medida que as tendências apontadas em 1963 e 1967 já estavam consolidadas na economia brasileira em 1974, Maria da Conceição Tavares, com o fito de dar maior precisão e agudeza aos seus argumentos, revisitou suas primeiras reflexões.

Do ponto de vista das *descontinuidades*, pode-se destacar o abandono da designação “substituição de importações” pela denominação “industrialização restringida”. Sob o prisma teórico, esta alteração no modo como ela passou a compreender o processo de industrialização no Brasil no período de 1933-1956, significou uma crítica à raiz da reflexão cepalina, a qual tomava uma situação de estrangulamento externo como ponto de partida da reflexão teórica. O conceito de industrialização restringida eliminou do processo de industrialização o caráter subordinador do setor exportador, submetendo a acumulação de capital ao determinante endógeno investimento. Isto significou destacar mais ainda a importância do papel do Estado

brasileiro no processo de desenvolvimento, apesar de todas as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista em sociedades estruturalmente heterogêneas.

A partir de seu horizonte de expectativa, Maria da Conceição Tavares já defendia, em 1963, do ponto de vista econômico, a necessidade da consolidação de um modelo de crescimento auto-sustentado, ao passo que, e do ponto de vista político e social, a autora sustentava a necessidade da consolidação plena da democracia. No entanto, a tendência à financeirização da estrutura de acumulação da economia brasileira, por ela indicada, colocava em xeque a realização deste futuro passado. Nos trabalhos de 1963 e 1967, a autora sugeria não haver antagonismo entre a expansão do capital financeiro e o modelo de crescimento auto-sustentado. Naquela época, a autora entendia que as possibilidades do crescimento auto-sustentado estavam abertas, todavia dependiam da capacidade de transferência e de orientação dos recursos intersetoriais, de modo a cadenciar a estrutura produtiva com a estrutura financeira.

Entretanto, em 1970, já era claro para a autora que, para além da estagnação, a economia brasileira havia entrado em um novo ciclo de crescimento acelerado em meados da década de 1960. O desacordo com os fundamentos da estratégia de crescimento econômico adotado, àquela altura, pelos militares era evidente. Ao mesmo tempo em que a estratégia de modernização produtivista estimulava o crescimento econômico, as políticas econômicas do período limitavam o potencial de modernização pelo lado da realização do sistema econômico, na medida em que a tendência a financeirização introjetava no sistema formas mais flexíveis de acumulação. Portanto, embora Maria da Conceição Tavares percebesse a conformação de estruturas financeirizadas de acumulação e tivesse se posicionado a favor da intervenção estatal para a racionalização dos recursos disponíveis, em benefício da esfera produtiva, num contexto de crescimento acelerado, a denúncia da continuidade e do agravamento dos problemas estruturais da economia brasileira – desemprego estrutural e concentração da renda – foram deslocados para um segundo plano e considerados menos significativos que a percepção ascensão social, resultante da alteração no padrão de consumo, derivado, por sua vez, do processo de modernização da economia.

Em 1974, quando a tendência à financeirização, por ela apontada no ensaio de 1967, já havia se confirmado, a autora procurou, então, reavaliar a

sua visão da evolução da economia brasileira, que foi sendo formulada desde quando se tornou colaboradora da Cepal. Na ocasião de sua tese de livre-docência, Tavares se propôs a revisar as teses cepalinas a respeito da dinâmica da acumulação em economias periféricas. Pretendeu, com isso, reforçar seus argumentos contra a política econômica do regime militar. Ao trocar o conceito *substituição de importações* pelo conceito *industrialização restringida* a interpretação da autora em relação à evolução da economia brasileira foi alterada. A partir deste conceito, o ano do esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações foi deslocado. O ano de 1963 foi interpretado como desfecho da conjuntura de transição que se abriu em 1959. Maria da Conceição Tavares passou a interpretar, deste modo, os anos que transcorreram entre 1959 e 1963 como se fossem um processo de “destruição criadora”, no qual se engendrou os mecanismos à conformação de uma estrutura de acumulação financeirizada.

São estes os apontamentos considerados mais relevantes referentes às primeiras reflexões de Maria da Conceição Tavares. Por fim, parece necessário salientar apenas um ponto que soa crucial. Mais do que propor algum tipo de resposta ou conclusão, a intenção é propor uma discussão. Como é possível criar uma visão da evolução da economia brasileira, articulando os diferentes níveis de realidade e graus de complexidade da dinâmica social, sendo que a própria autora coloca em dúvida a possibilidade do pressuposto da totalidade?

A posição da autora diante desta questão é:

O maior problema da teoria, entendida como um esforço de busca de leis gerais de movimento de um sistema reside na própria dificuldade, quase ousaria dizer impossibilidade histórica, de que esse esforço de totalização possa ser resolvido antes que as próprias determinações do sistema se encontrem configuradas.

Desse modo, a própria escolha do processo de acumulação como núcleo de análise integradora padece da mesma dificuldade de resolução teórica [...]. Invocá-la como categoria totalizante seria substituir a análise do real por uma simples exigência. Enquanto proposição analítica, não é, portanto, menos ambiciosa do que a reconstrução “totalizante” da sociedade, nem diminui o risco de recriar uma nova consigna que, enquanto tal, não é o conhecimento. (Tavares, 1972, p.24, grifos da autora).

Segundo a autora, existe uma dificuldade histórica no esforço de totalização, dado que as determinações só podem ser observadas quando estas já se encontrarem configuradas no sistema. Depreende-se desta passagem que, para Conceição, todo esforço totalizador é um esforço *a posteriori*.

Noutra passagem a autora afirma que:

[...] todas as teorias dinâmicas requerem algum esquema “endógeno” de movimento, como suporte analítico, a partir do qual o seu modo de funcionamento possa ser “aberto” ou expandido à totalidade do sistema, dependendo de a abordagem dos problemas ser feita do ponto de vista da periferia ou do centro (Tavares, 1974, p. 130).

Ao que tudo indica, ainda que Maria da Conceição Tavares se proponha a um enfoque histórico, o que supostamente lhe garantiria materialidade à sua reflexão, ela parece ser refém de um certo materialismo que recorre à imaginação e à intuição sensível como recurso à construção de sua visão da economia brasileira. Se esta hipótese for verdadeira, a visão da evolução da economia brasileira por ela construída, ainda que pondere questões de geopolítica e de geoeconomia, corre o risco de estar limitada desde sua raiz. Formula-se esta hipótese com base no fato de a autora não ter levado em consideração, para identificar padrões endógenos de acumulação, (i) “as distintas formas de hegemonia e de subordinação e articulação com a periferia [...]” (Tavares, 1974, p. 37), bem como, (ii) ao priorizar “a lógica interna de um processo de acumulação”, não ter introduzido em seu modelo as exportações de capitais ao exterior. (Tavares, 1974, p. 49).

A questão que se coloca é: como o Brasil poderia ser repensado se fossem consideradas as condições (i) e (ii)? O fato de Maria da Conceição Tavares não ter levado em consideração estes elementos em sua análise em meados da década de 1970, pode ter conduzido a autora a minimizar as determinações ao nível do sistema mundial capitalista e a sobrevalorizar o potencial transformado do país “desde dentro”?

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001.

ARRUDA, J. J. A. Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, n.16, p. 25-33, jan./jun. 2007.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: memória crítica da produção histórica*. [s.n.t], p.1-26, Mimeografado.

_____. Linhagens historiográficas contemporâneas: por uma nova síntese histórica. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 10, p. 175-1992, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal – uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1, p. 13-68.

_____. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2000 [1988].

CANO, Wilson. Instituto de Economia da Unicamp: notas sobre sua origem e linhas gerais de sua evolução. In: SZMERECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. (Org.). *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 199-209.

CARDOSO, Ciro F. S. Sobre los modos de producción coloniales de América. In: PASADO y presente: modos de producción en América Latina: Córdoba, 1973. p. 135-159.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 [1970].

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Introducción. In: PASADO y presente: modos de producción en América Latina: Córdoba, 1973. p. 7-16.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988 [1967].

LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982 [1975].

NOVAIS, Fernando A. Anotações sobre a vida cultural na época do Antigo Regime. In: NOVAIS, F. A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1990.

PINHO NETO, Demosthenes Madureira. O Interregno Café Filho. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1990.

POSSAS, Maria Silva. Maria da Conceição Tavares. In: SZMERECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. (Org.). *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 445-453.

RODRÍGUEZ, Octavio. *El estructuralismo latinoamericano*. México: Siglo XXI/Cepal, 2006.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 2, p. 5-15, abr./jun. 1985.

_____. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998 [1974].

_____. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977 [1963]. p. 27-124.

_____. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 449-489.

_____. In: *Conversa com economistas brasileiros*. BIDERMAN, L. F. L. C.; REGO, J. M. (Org.). São Paulo: Editora 34, 1996. p. 127-152.

_____. Natureza e contradição do desenvolvimento financeiro recente. In: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977 [1971]. p. 209-263.

TAVARES, Maria da Conceição. Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento – o caso do Brasil. In: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977 [1967]. p. 125-152

_____. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: TAVARES, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 129-154.

_____; SERRA, José. Além da estagnação. In: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977 [1970]. p. 153-207.